

Astrojildo Pereira: o dilema da nacionalização do marxismo no Brasil

GLEYTON TRINDADE*

Astrojildo em seu tempo

Astrojildo Pereira iniciou sua militância política como anarquista nas mobilizações de 1917, mas logo se tornaria um dos marxistas responsáveis pela fundação do PCB em 1922, partido do qual seria secretário-geral até 1929. Intelectual autodidata, fazia da escrita uma das principais formas de expressão das ideias e valores de uma esquerda então apenas tateante no país. Como crítico e militante, foi dos primeiros a colocar o marxismo entre os debates e a opinião pública nacionais, a apontar para uma sensibilidade política até então desconhecida no país. Em um destes debates, ousou escrever contra Oliveira Vianna, sociólogo e jurista carioca já reconhecido e aclamado. Como este trabalho procurará mostrar, ao se inserir no debate público nacional, interferindo criticamente na obra de um autor já reconhecido em sua época, Astrojildo Pereira colocaria diante de si o dilema da “nacionalização” do marxismo no Brasil.

A questão da “nacionalização” pode ser compreendida por meio do dilema gramsciano da “tradutibilidade” de uma linguagem para outro contexto que não o seu original. Em relação ao marxismo, isto significaria adequar uma linguagem originalmente concebida para a dinâmica das sociedades do capitalismo central às realidades sociais do capitalismo periférico. Em sugestiva obra, Ricupero (2000) defende a tese de que Caio Prado Jr. realizou o trabalho de “nacionalizar” o mar-

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal de Alfenas (MG). E-mail: gleytoncst@yahoo.com.br

xismo no Brasil. Nesse sentido, a importância do grande historiador paulista teria sido exatamente a de realizar essa tarefa de “nacionalização” por meio da criação de uma linguagem própria, de um corpo literário e de um público configurado no chamado marxismo da USP, constituído a partir das pistas abertas pela obra do historiador. Radicalizada essa perspectiva, Caio Prado Jr. seria definido como o “primeiro marxista brasileiro” (Ricupero, 1998).

Este trabalho parte de um ponto de vista diferente. Sabe-se que o marxismo pretende ser mais que uma teoria ou filosofia social. Ele busca também uma organicidade com os movimentos sociais e a construção de valores sociais anti-capitalistas para além das análises sociais. Poder-se-ia pensar, como Machado de Assis, o escritor predileto de Astrojildo Pereira, que o trabalho de nacionalizar uma cultura não seria tarefa de um homem, mas “de gerações”. Nesse sentido, seria difícil compreender a origem e a história do marxismo brasileiro sem a experiência do PCB, suas virtudes, dramas e limites, através dos quais, como pretendemos mostrar aqui, já se desenvolviam reflexões sobre o dilema da “nacionalização” do marxismo no Brasil.

Astrojildo Pereira foi um dos intelectuais comunistas para os quais essa questão se apresentava como problema fundamental. Poder-se-ia argumentar que ele não poderia ser comparado, no plano intelectual, com um Caio Prado Jr.. De fato, seus escritos resumem-se a poucos livros, textos esparsos, dedicados em sua maioria às análises de conjuntura e nunca a uma interpretação sistemática do país. No entanto, em textos curtos e, aparentemente, simples, como no de sua crítica a Oliveira Vianna, revelam-se a trajetória e os impasses da esquerda brasileira em seus momentos iniciais. Também não faltaria aos textos de Astrojildo, como pretendemos mostrar, a sensibilidade dos grandes analistas da cultura brasileira como Joaquim Nabuco, Antonio Candido e Manoel Bonfim. Como o primeiro, Astrojildo se preocuparia com os efeitos da escravidão sobre a estrutura social brasileira, como o segundo, valorizaria a literatura brasileira como expressão de reflexão sobre a realidade do país e, como o último, procuraria identificar uma cultura progressista no país, os radicais em seu contexto ou, nas palavras do militante comunista, os “céticos voltarianos”.

Além disso, Astrojildo foi reconhecidamente figura de relevância cultural em seu tempo. O jovem que emocionou Euclides da Cunha ao visitar Machado de Assis em seu leito de morte se tornou o homem que apresentou o marxismo a Luís Carlos Prestes e circulou nos meios intelectuais mais importantes de sua época: foi citado por Gilberto Freire em *Casa-grande e Senzala* e, posteriormente, entrevistado para o livro *Ordem e Progresso* do mesmo autor; manteve contato direto com os principais nomes do movimento modernista; seu círculo de amizades contou com nomes como Lima Barreto, Otto Maria Carpeaux, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Nelson Werneck Sodré, Cândido Portinari. No mínimo, debruçar-se sobre os textos de Astrojildo Pereira nos possibilitaria rever as reflexões de um tempo marcante da conjuntura política nacional, vivida pelo militante comunista.

Crítica a Oliveira Vianna

As posições de Astrojildo Pereira e Oliveira Vianna na década de 1920 eram sensivelmente diferentes, não apenas quanto à ideologia, mas também em termos de reconhecimento intelectual. Astrojildo era, naquele momento, o dirigente de uma agremiação política clandestina e marginalizada; seus escritos circulavam nessa situação como produtos de um homem fora da ordem política e intelectual hegemônica no país. Ao passo que Oliveira Vianna havia publicado sua obra de estreia, efusivamente reconhecida e aclamada como principal obra de sociologia produzida por um brasileiro. Na década seguinte, Oliveira Vianna consolidaria seu *status* intelectual ao exercer função decisiva no novo governo, enquanto Astrojildo Pereira passaria a ser marginalizado até mesmo pelo próprio partido que ajudara a fundar.

Como se sabe, a estreia de Oliveira Vianna se deu com *Populações meridionais*, obra já consagrada e objeto crítico de Astrojildo Pereira. A questão da herança colonial foi objeto central nas reflexões de Oliveira Vianna. Seu diagnóstico do Brasil partia da consideração dos traços culturais ibéricos no país e, portanto, da necessidade de se pensar os problemas políticos brasileiros em sua especificidade.

O que devemos fazer, para melhorar o teor de nossa vida pública, não é imitarmos os ingleses e quereremos ser como eles (...). O que devemos fazer é aceitar resolutamente a nossa condição de brasileiros e as consequências da nossa “formação social” e tirarmos todo o partido disto. (Vianna, 1987a, p.129)

Nesse sentido, Oliveira Vianna recusava-se a aceitar a importação de modelos políticos e jurídicos na resolução dos problemas práticos de organização do Brasil. Ao contrário, acreditava que as soluções para o país deveriam ser buscadas na compreensão e análise da sociedade brasileira, a partir das quais se poderiam buscar as estratégias para promover um ordenamento político compatível com a especificidade da realidade nacional.

Nessa perspectiva, a estrutura social brasileira seria caracterizada como uma estrutura de tipo patriarcal, ou em outros termos, uma estrutura social de clãs, uma vez que se baseavam em famílias compostas não só dos elementos a elas vinculados por laços de sangue, mas também por um grande número de agregados.

O regime de clã, como base da nossa organização social, é um fato inevitável entre nós, como se vê, dada a inexistência, ou a insuficiência de instituições sociais tutelares e a extrema miserabilidade de nossas classes inferiores (...). O nosso homem do povo, o nosso campônio é essencialmente o homem de clã, o homem da caravana, o homem que procura um chefe (...). (Vianna, 1987b, p.145)

Como consequência dessa estrutura de clã, a sociedade brasileira se inclinaria para uma forma de organização doméstico-privatista com a forte predominância

do localismo na vida política brasileira. Tal situação se expressaria na “despreocupação do interesse coletivo, ausência de espírito público, de espírito do bem comum” que se imporia contra as tentativas de constituição de um poder centralizado e tornaria a ordem liberal incompatível com a realidade do país (Vianna, 1987b, p.146).

As críticas de Astrojildo Pereira, escritas ainda em 1929, centradas nas teses de *Populações meridionais*, teriam como principal objetivo situar o marxismo no interior do esforço de interpretação da realidade social e política do Brasil (Pereira, 1979a). Tais críticas poderiam ser sumariadas em três questões interdependentes. Uma primeira questão, das quais as outras aparecem como decorrência, seria o postulado da não existência da luta de classes na formação histórica e política do Brasil. Astrojildo encontrará, frequentemente, essa ideia expressa no texto de Oliveira Vianna, contra a qual, obviamente, sua consciência marxista o fará reagir. Em um trecho considerado representativo desse postulado, assim se expressa Oliveira Vianna:

Toda a evolução grega, toda a evolução romana, toda a evolução medieval, toda a evolução moderna se fazem sob a influência fecunda das lutas de classes. Em nossa história tais conflitos são raríssimos. Quando surgem, apresentam invariavelmente um caráter efêmero, ocasional, descontínuo, local. (Vianna apud Pereira, 1979b, p.164)

O sociólogo carioca acrescentaria ainda que, mesmo descontínuos e pouco importantes na formação do país, os raros momentos de emergência das lutas de classes tiveram efeitos “inteiramente negativos em relação à evolução política e social da nacionalidade” (Vianna apud Pereira, 1979a, p.164).

De acordo com Carvalho (1988), essa negação do conflito constitui uma forte característica ibérica do pensamento de Oliveira Vianna, fonte, ao mesmo tempo, de aparentes contradições em sua reflexão. Poderíamos acrescentar que se trata de uma marca do próprio conservadorismo do pensamento de Oliveira Vianna e sua adesão a uma concepção reacionária e organicista de sociedade. Dessa forma, em *Populações meridionais* aponta-se o conflito político e social como importante fator no desenvolvimento do espírito cívico e da consciência dos direitos. Em certa medida, tal desenvolvimento não teria ocorrido no país devido à impossibilidade de a população pobre opor resistência ao poder do latifúndio. No entanto, diante desse diagnóstico, quando se poderia esperar a aposta na ampliação dos conflitos como forma de pedagogia política, Oliveira Vianna apontaria para a necessidade de um Estado que pudesse garantir a paz e harmonia social. Posição esta decorrente do fato de que o modelo de sociedade pensado por Oliveira Vianna não seria o do capitalismo industrial, mas, pelo menos em seus valores, o de um mundo pré-capitalista rural. Posição, obviamente, muito distante do marxista Astrojildo Pereira.

Relacionada à anterior, a segunda questão refere-se à teoria do Estado que estaria presente em *Populações meridionais*. Trata-se, na visão de Astrojildo, da defesa, por parte de Oliveira Vianna, de uma “intelectualização do conceito do Estado”, ou seja, do Estado em sua forma abstrata e impessoal. Isto significaria a concepção de um Estado “fora das classes, acima das classes, superior às classes”, sujeito neutro além da própria sociedade. Projeção do Estado que, no entendimento de Oliveira Vianna, não estaria ainda construída na vida política e na percepção do brasileiro, daí a necessidade da construção de um Estado capaz de “fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara de sua unidade nacional” (Pereira, 1979a, p.173). Para Astrojildo, nada pareceria mais estranho à sua visão de mundo. A ideia de uma sociedade harmonizada por um Estado neutro, centralizado, unitário, capaz de impor-se aos conflitos sociais lhe soaria como uma estratégia para mascarar as relações de dominação predominantes na cena política e social brasileira.

Essa percepção seria ainda fortalecida pela “apologia” que Oliveira Vianna faria das elites rurais brasileiras. Dessa forma, o Estado “neutro”, “impessoal” e “intelectualmente construído” não é outro senão aquele dominado pelos antigos “possantes senhores de latifúndios e escravos”. Construção política em que “nossa poderosa nobreza rural atingisse, assim, a sua culminância” (Pereira, 1979a, p.174). Desse modo, ficava evidenciado, para Astrojildo, o caráter de classe das reflexões de Oliveira Vianna.

Para além do mérito das críticas, pode-se sustentar que o objetivo central de Astrojildo em sua polêmica com Oliveira Vianna seria o de inserir o marxismo no debate público sobre a interpretação do Brasil. Este o significado principal de seu texto contra o já então reconhecido sociólogo carioca. O problema que se colocaria mais vivamente para ele no confronto com Oliveira Vianna seria o da necessidade de pensar especificamente o Brasil e sua realidade particular com os instrumentais universalistas do marxismo. Em outros termos, o dilema da “nacionalização” do marxismo apareceria fortemente para Astrojildo no confronto com uma obra que postularia a especificidade do caso brasileiro, sua experiência única e original para a qual as teorias universais, como se propõe o marxismo, não seriam suficientes para explicar a singular trajetória do país. Essa é a principal preocupação com o postulado da não existência da luta de classes na formação histórica e social do Brasil.

Que significa isto? Significa o seguinte: que o Brasil é um país “diferente” dos outros; que a luta entre as classes em nada contribui para a formação do povo brasileiro (...); que a luta de classes é um fenômeno social antibrasileiro; que finalmente, aqueles que no Brasil estudam e pretendem resolver os problemas sociais colocando-se no ponto de vista da filosofia marxista – esses tais não têm nenhuma razão de ser em “nossa” terra, são estrangeiros todos, senão de nascimento, pelo menos de espírito (...). (Pereira, 1979a, p.172)

A preocupação pela dinâmica entre o universal e o particular em nossa cultura e formação social, pelo equilíbrio entre o nacionalismo e o internacionalismo, enfim, pela nacionalização do marxismo acompanhará Astrojildo em seus textos posteriores. Essa preocupação se revelará, por exemplo, em sua polêmica com o “Manifesto da Legião Revolucionária”, editado pelos fascistas brasileiros na década de 1930 e, supostamente, redigido por Plínio Salgado (Pereira, 1979b). Procurando refletir sobre a situação política naquele momento histórico, o “Manifesto” proporia como palavra de ordem a ideia de “brasilidade”. “Brasilidade radical”, “brasilidade intransigente”, nessa perspectiva tratar-se-ia de encontrar “uma solução brasileira para os problemas brasileiros”, de defender que “o Brasil terá uma missão a cumprir”, que aqui “se processará a formação da quinta raça que dará ao mundo o próximo tipo de civilização” (Pereira, 1979b, p.178). Para Astrojildo, essa manifestação de nacionalismo não passaria de um “patriotismo exaltado, verbalista e vazio”, já que os problemas brasileiros não poderiam ser pensados independentemente dos problemas mundiais. Assim, afirma Astrojildo, se é certo que existem peculiaridades brasileiras, a rigor peculiaridades até regionais, os problemas brasileiros seriam, em sua essência, problemas mundiais. A realidade brasileira seria aquela marcada pela existência do latifúndio, da monocultura agroexportadora que utiliza a exploração intensiva da mão de obra, mas isto não seria exclusivo do país. Realidade típica de países agrários e coloniais, “realidade internacional que exige espírito internacional para ser compreendida” (Pereira, 1979b, p.179).

Inserido a partir do marxismo nos debates intelectuais e políticos de seu tempo, Astrojildo Pereira tomaria consciência daquilo que Candido (2000) chamaria de “dialética do localismo e do cosmopolitismo” na formação da vida intelectual brasileira. Por vezes, a afirmação violenta do localismo e do nacionalismo; em outros momentos a defesa de um cosmopolitismo por vezes intransigente. O equilíbrio entre esses dois termos, na visão de Candido, estaria presente naquilo que de melhor a cultura brasileira produziu. Nessa perspectiva, a avaliação de Astrojildo Pereira em relação à obra de Oliveira Vianna é a de que ela seria um exemplo típico da aposta desregrada no localismo. Seria resultado, portanto, das ambiguidades da cultura brasileira em seu esforço de conhecer a si própria, enredada na afirmação da nacionalidade e na exaltação do localismo, muito fortemente predominantes na década de 1920. É, aliás, o próprio Candido, escrevendo vinte anos depois de Astrojildo Pereira, quem corrobora esta análise sobre Oliveira Vianna:

Na nossa cultura há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo latino, de herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambiguidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. (...) No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Vianna elabora a partir de 1917 a sua ridícula teoria das elites rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional. (Candido, 2000, p.110)

O universalismo de Machado de Assis

Astrojildo Pereira foi um admirador incondicional de Machado de Assis, considerado por ele o maior escritor da literatura brasileira e para quem dedicou a maior parte de sua crítica literária. Nosso entendimento é o de que essa admiração ao mestre de Cosme Velho deriva, em grande medida, exatamente do fato de que, no plano da cultura, aos olhos de Astrojildo, ninguém teria conseguido resolver tão bem a dialética do local e do universal. É ele próprio, escrevendo na década de 1930, quem diz “que Machado de Assis é o mais universal dos nossos escritores; (...) falta acentuar com igual insistência que ele é também o mais nacional, o mais brasileiro de todos”. Ou seja, Machado “é tanto mais nacional quanto mais universal e tanto mais universal quanto mais nacional” (Pereira, 1944a, p.15).

Segundo Astrojildo, Machado de Assis poderia ser situado num movimento de renovação cultural do país, ocorrido entre as décadas de 1870 e 1880, marcado pelo desenvolvimento de novas escolas e universidades, mas principalmente pela produção de obras de personalidades como Silvio Romero, José Veríssimo e Joaquim Nabuco. Tal movimento seria caracterizado pelo espírito crítico empenhado em superar antigas concepções e traçar novos rumos para a inteligência nacional. Nesse sentido, o esforço dessa geração crítica, particularmente atuante no campo da literatura, teria como objetivo principal pensar a literatura “do ponto de vista nacional” (Pereira, 1991a). Esse período e essa geração teriam assinalado o momento de passagem daquilo que seria um “instinto de nacionalidade” para a reflexão mais elevada de uma “consciência de nacionalidade” ainda em ascensão.

Machado de Assis poderia então ser situado nesse contexto como aquele que expressaria, no mais alto grau, essa “consciência de nacionalidade”. De certa maneira, estaria em sua obra a culminância do trabalho dessa geração para a qual o problema da construção de um pensamento nacional se colocava como questão imediata. Dessa forma, se encontraria constantemente em Machado de Assis o problema da literatura como representação e interpretação da nacionalidade conjuntamente a severas críticas ao espírito de pura imitação dos modelos franceses. Essa percepção machadiana se faria mais aguda exatamente no ensaio intitulado “Instinto de nacionalidade”. Nesse texto, o ensaísta observou a existência desse “instinto” em sua geração, compreendendo que a independência do pensamento nacional “não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (Machado de Assis apud Pereira, 1991a, p.57).

A consciência da nacionalidade, explicaria Machado, envolveria uma revalorização dos clássicos de forma a extrair deles aquelas formas que “à força de velhas se fazem novas”. Clássicos esses por meio dos quais se pudesse estabelecer uma expressão brasileira para a língua portuguesa, ou seja, uma linguagem comum que pudesse nacionalizar a maneira de exprimir-se a língua portuguesa usada no Brasil. Dessa forma, Machado de Assis apelaria para a construção de uma linguagem comum como fator de integridade e unidade chegando à percepção de que

“o que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (Machado de Assis apud Pereira, 1991a, p.59).

Foi por ter constituído o mais universal de nossos autores que Machado de Assis se tornou também o “mais agudo analista de nossa psicologia social” (Pereira, 1991b, p.94). De acordo com Astrojildo, conciliam-se na obra machadiana a destreza do ficcionista e a frieza do analista. Além do mais, Machado não seria um homem alheio ao seu tempo; tempo de agitações e mudanças políticas e sociais tanto no país quanto no mundo. Sua obra refletiria também essas mudanças e esse cenário político privilegiado, marcado, sobretudo, pelo Segundo Reinado e princípio da experiência republicana brasileira.

Nesse sentido, Astrojildo procura negar as teses do “absenteísmo” da obra machadiana. Se é correto afirmar que o homem Machado de Assis nunca se envolveu diretamente como militante nas campanhas de seu tempo, especialmente a abolicionista e a republicana, não o seria afirmar que sua obra passaria à margem desses temas. Lembra Astrojildo que o escritor atuou muitos anos como jornalista político nos jornais cariocas. O impacto desse envolvimento como jornalista se faria sentir em sua literatura de forma sutil e na maior parte das vezes alegórica, mas possivelmente discernível para o crítico. Nesse aspecto, o militante intelectual, marginalizado pelo “obreirismo” predominante numa fase do PCB, procura refletir sobre o papel político do escritor. Embora Machado de Assis não tivesse diretamente atuado como militante político, a política teria constituído quase uma obsessão em sua literatura através da qual o ficcionista daria margem a suas reflexões sobre os acontecimentos de seu tempo. Assim, se em diversos momentos da obra machadiana o autor confessa sua aversão à política, isto não significaria que não possuísse uma sensibilidade refinada das coisas públicas. Ao contrário, a “política” negada por Machado seria a atividade vulgar, a politicagem rasteira na qual, por convicção, ele não queria se inserir. Dessa maneira, o grande escritor carioca teria optado por participar das coisas públicas do país na qualidade específica de escritor, fazendo a crítica política e social através de sua ficção.

Seria essa forma de participação política menos legítima que outras? Astrojildo afirmaria que não. O intelectual poderia utilizar seu ofício para atuar em outras “esferas de ação” que não a diretamente vinculada a posições partidárias. Assim, a falta de vocação para o exercício de atividades partidárias ou governamentais não significaria alheamento ou desinteresse pela coisa pública. Astrojildo amplia a concepção de “participação política” e projeta a inserção do intelectual na arena política com sua peculiaridade. Assim, o escritor Machado de Assis possuía a vocação para a análise e observação das ações humanas inserindo-as em sua obra de ficcionista como forma de participação nos negócios públicos. Como assinala Astrojildo sobre o escritor, “o humorismo era seu método, a ironia a sua arma, a sátira a sua forma de crítica e política social” (Pereira, 1991b, p.84).

Nessa perspectiva, como analista e crítico de sua época, a obra de Machado chamaria a atenção para dois temas candentes relacionados à ordem social bra-

sileira. O primeiro seria o do “patriarcalismo” característico da formação social e familiar brasileira, ainda fortemente presente, mas lentamente abalado pelo processo de modernização da sociedade verificado neste momento de passagem do Segundo Reinado para a República. O elemento patriarcal de nossa formação se verificaria principalmente na submissão da mulher nas relações familiares, mas também na afirmação das hierarquias sociais. Na obra machadiana, Astrojildo perceberia as mudanças na sociedade brasileira através das observações feitas pelo escritor a respeito do casamento, transitando do puro convencionalismo em *Iaiá Garcia* até o papel mais ativo da mulher, típico da sociedade burguesa e dissolvente do patriarcalismo, em *Brás Cubas*.

O segundo tema seria o dos horrores da escravidão. Machado de Assis não foi um panfletário da luta abolicionista, mas em sua obra as referências à escravidão seriam abundantes, refletindo uma visão não apenas sentimental, mas uma percepção da escravidão como um “fenômeno social em seu conjunto”. As contradições dessa situação se mostrariam em passagens da obra machadiana como no caso do pajem de *Helena*, o negro Vicente, “nobre espírito de dedicação” no “corpo vil do escravo” ou no caso do liberto Prudêncio de *Brás Cubas*, que violentava um irmão de raça, comprado pelo próprio ex-escravo, para se “desfazer” das pancadas que havia recebido (Pereira, 1944a, p.28).

Tanto a questão do equilíbrio entre o nacionalismo e o cosmopolitismo quanto os temas mais marcantes da formação social brasileira apontados por Astrojildo na literatura machadiana se tornariam importantes fontes de reflexão sobre a forma como esse militante comunista perceberia a nacionalização do marxismo na cultura e na política brasileira.

“Céticos voltarianos”: a nacionalização do marxismo

Como mencionamos, Astrojildo havia percebido em Machado de Assis que a construção de uma literatura nacional passava por uma releitura dos clássicos do país, uma revisão da tradição por meio da qual se pudesse alcançar a “consciência da nacionalidade”. No entanto, em relação ao marxismo, esse dilema apresenta problemas adicionais. Se para o escritor seria possível a busca de uma referência à tradição na própria literatura brasileira, o mesmo não se pode dizer a respeito do movimento comunista. O movimento socialista é muito tímido no Brasil do século XIX. Além disso, não foi a inspiração do socialismo que animou as primeiras grandes mobilizações operárias do país, muito mais influenciadas pelo anarquismo através do qual o próprio Astrojildo iniciou sua militância.

No entanto, isto não significaria, para Astrojildo, que o marxismo não pudesse deitar raízes na cultura política brasileira. Concebendo-o como uma visão ética da sociedade e da política, além de uma teoria social, ele se conciliaria à realidade brasileira por sua sensibilidade aos temas fundamentais da opressiva e injusta formação social do país, filiando-se àquela tradição cultural e política nacional que mais decisivamente chamou a atenção para tais questões na trajetória política

do Brasil. Em sua reflexão a esse respeito, Astrojildo afirma a existência de uma dualidade cultural que, de certa forma, perpassaria a trajetória cultural do país. De um lado, há uma cultura progressista, democrática, solo propício ao surgimento e crescimento de elementos do socialismo. De outro lado, a cultura reacionária, obscurantista, autoritária e hegemônica no país. Teria sido Silvio Romero aquele que, com maior acuidade, percebeu este princípio da dualidade do conteúdo social da vida cultural brasileira:

a quem se aplicasse a fazer a “*instauratio magna*” de nosso pensamento através dos quatro séculos de nossa existência, o princípio fundamental e dirigente da literatura apresentar-se-ia no antagonismo entre o elemento popular e os preconceitos autoritários das classes conservadoras herdadas das metrópoles. (...) Debaixo dos convencionalismos, sob as formas mais ou menos espessas das construções retóricas, vivo e palpitante está o pensamento nacional para aquele que sabe entendê-lo. (Romero apud Pereira, 1963a, p.98)

Note-se que essa “dualidade” cultural incorpora as lutas de classe, mas não se restringe a elas. Através de Silvio Romero, Astrojildo não se refere às lutas de classes sociologicamente configuradas na formação social brasileira, como havia feito na crítica a Oliveira Vianna, mas às batalhas no campo da cultura, no plano dos valores políticos. O enraizamento do marxismo no país estaria nessa tradição progressista da cultura política brasileira, não hegemônica e frequentemente reprimida. Seria o comunismo brasileiro o herdeiro privilegiado dessas lutas políticas e desses ideais.

Mas qual seria essa tradição política progressista? Sabe-se que Astrojildo Pereira não pretendeu escrever uma interpretação de longa duração da história política brasileira. Ao contrário de seu companheiro de PCB, Octávio Brandão, ele não elaborou uma tentativa de compreensão abrangente da formação social e política nacional. O que podemos tentar fazer, portanto, é procurar em seus textos esparsos uma linha comum de percepção de nossa história cultural e política. É possível encontrar neles uma coerência na afirmação dessa tradição. Ela se relacionaria essencialmente àquelas questões decisivas da formação social brasileira, apontadas por Machado de Assis: o patriarcalismo, aqui muito relacionado à noção de hierarquias sociais e, principalmente, à escravidão. Do que podemos extrair dos textos de Astrojildo, essa tradição emergiria decisivamente em momentos de crise e convulsão social para ser reprimida pelas forças conservadoras e reaparecer em novos momentos de importante expressão política.

Nas lutas de independência, Astrojildo encontraria ecos dessa tradição em Lopes Gama, o chamado Padre Carapuço, que participou das insurreições de 1817 e 1824 em Pernambuco. Agitador e doutrinador político, ele atuou intensamente na imprensa de sua época incitando o povo à derrubada das “classes privilegiadas”, “existentes em todos os países e em todas as épocas”, problema que constituiria “a grande questão de todo mundo civilizado”. Preocupado com o “melhoramento

da sorte das classes industriosas”, Lopes Gama afirmaria textualmente que “em nossos dias três homens distintos têm tentado o melhoramento das classes laboriosas, mediante a reforma da sociedade em geral: St. Simon, Fourier e Owen” (Pereira, 1963b, p.126).

Reprimida com a consolidação da monarquia no país, a tradição progressista retornaria com as lutas abolicionistas no século XIX. As menções aos abolicionistas, principalmente a seus maiores intelectuais, são marcantes nos escritos de Astrojildo. A negação da escravidão, tida como eixo estruturador da sociedade brasileira sob o Império, era considerada ameaça às próprias bases políticas e sociais do país, colocando-o numa encruzilhada em que novas trajetórias podiam ser vislumbradas. Não eram os clubes abolicionistas acusados de “associações comunistas” pelos deputados conservadores? A criação desse cenário de possibilidades, de ameaça de dissolução e, por que não dizer, de revolução da ordem até então existente foram os grandes méritos desse movimento na visão de Astrojildo. De seus textos, emergem pelo menos duas personalidades abolicionistas importantes.

O primeiro é Rui Barbosa. Sabe-se que o jovem Astrojildo Pereira apoiou vivamente a chamada “campanha civilista”. Rui Barbosa constituiu uma figura marcante na formação política do então jovem que depois se tornaria um dos fundadores do PCB. Nesse sentido, nossa percepção se distancia daquela de Afonso Arinos para quem a formação política de Astrojildo se faria por rompimentos, um dos principais com Rui Barbosa, até que chegasse ao comunismo. Antes, parece mais adequada a análise de José Paulo Netto (1991), de que a formação de Astrojildo constituía uma “unidade articulada sobre diferenças”. A figura de Rui Barbosa permanecerá como importante fonte de reflexão sobre o país, mesmo para o Astrojildo já plenamente convertido ao comunismo.

Particularmente interessante é o texto “Rui Barbosa e a escravidão”. Nele, analisa-se o parecer sobre a emancipação dos escravos elaborado pelo então deputado Rui Barbosa em 1884, “documento destinado a perdurar como um livro capital na história política e social do Brasil” (Pereira, 1979c, p.217). O grande trabalho do “parecer”, analisa Astrojildo, é historiar e desmontar todos os sofismas utilizados pelos defensores do escravismo. Contra a ficção de que os escravos viviam bem e tinham bom nível de vida, Rui Barbosa lembra nada menos do testemunho de Darwin que, ao registrar as impressões de sua visita ao Brasil, rogara a Deus não voltar jamais a visitar novamente um país escravocrata. Contra o argumento do colapso econômico do país, caso a abolição fosse aprovada, o deputado se debruça profundamente sobre a economia norte-americana e a vantagem dos Estados livres do norte. As teses racistas são negadas pela consideração de que não existiria qualquer disposição biológica explicativa de uma suposta inferioridade do negro.

No entanto, o sofisma mais problemático era o da consideração do “direito sagrado e inalienável da propriedade servil”. A resposta de Rui Barbosa seria a relativização da propriedade em nome dos “interesses morais e econômicos do país, o da sua reputação, o da educação do seu caráter” (Barbosa apud Pereira, 1979c, p.230). Daí a percepção do deputado de que a abolição seria um fato inicial a partir

do qual outras reformas seriam reivindicadas, como liberdade religiosa e “desenfeudação da propriedade”. Previsivelmente, o parecer seria recusado pelo parlamento, sofrendo, entre outras acusações, a de postular a “naturalização do comunismo”.

De acordo com Astrojildo, os abolicionistas mais esclarecidos reconheciam, portanto, a luta contra a escravidão como uma luta também contra a estrutura de propriedade da terra no país, sendo impossível dar solução completa a um, sem resolver o outro. Esta seria, por exemplo, a percepção do abolicionista André Rebouças. Sua campanha em favor daquilo que chamava de “democracia rural” exigia a solução concomitante para os dois problemas inseparáveis da escravidão e do latifúndio por meio do parcelamento dos latifúndios em pequenas propriedades atribuídas aos trabalhadores libertos. Nesse sentido, a abolição de fato ocorrida teria resolvido apenas metade do problema. “Ironia atroz”, este era o temor de Rui Barbosa, “abolicionismo servido pelos inimigos da abolição” (Pereira, 1979c, p.233).

Há, portanto, nos textos do antigo dirigente comunista, uma percepção do abolicionismo como momento político irradiador de novas perspectivas políticas. Por isso, Astrojildo reconheceria no abolicionista Silvério Fontes o primeiro marxista brasileiro, não por acaso, da cidade de Santos, lugar privilegiado das mais avançadas lutas abolicionistas do país (Pereira, 1962). Essa tradição progressista, assim como já havia ocorrido na consolidação da monarquia, também seria derrotada e reprimida com a implantação da República. Ela se refugiaria na literatura até emergir novamente com a Revolta da Chibata e com a Coluna Prestes. Astrojildo nos dá as pistas. Em Lima Barreto, sobreviveriam o espírito crítico e o inconformismo em relação à realidade social durante a Primeira República. Considerado por Astrojildo como o herdeiro de Machado de Assis, compareceriam em Lima Barreto temas como a crítica ao patriarcalismo da sociedade brasileira, das hierarquias sociais, da condição de submissão da mulher. Foi Lima Barreto como jornalista quem defendeu os movimentos grevistas de 1917 contra a difamação do governo e da polícia, denunciando o absurdo da deportação dos trabalhadores estrangeiros. Foi dos primeiros a saudar a Revolução Russa, compreendendo que esta viera abalar “não apenas os tronos, mas os fundamentos da nossa vilã e ávida sociedade burguesa” (Barreto apud Pereira, 1963c, p.41). Combatia o latifúndio e reclamava a reforma agrária como condição indispensável ao desenvolvimento do país. Simpatizante do chamado “maximalismo”, como se chamava à época o marxismo, sem nunca ser marxista; avesso a todo tipo de governo, o “homem das contradições”, como se referiu a ele Astrojildo, definia sua formação cultural e política como a de um “cético voltariano”.

“Céticos voltarianos”. Nesse sentido, Astrojildo encontraria uma linha de continuidade entre os abolicionistas e Lima Barreto. Também André Rebouças seria considerado um “homem de contradições”, ou seja, “cético voltariano”. Escreve Astrojildo sobre Lima Barreto que seu “jogo de contradições me faz lembrar a figura a tantos respeito admirável de André Rebouças”. “Como André Rebouças, Lima Barreto era também mulato” (Pereira, 1944b, p.118 e 119).

Ainda em comum, o fato de que todos os representantes dessa tradição política progressista lutaram contra os latifundiários, proprietários de terras, escravocratas, principais representantes daquilo que Astrojildo perceberia como uma tradição conservadora no país. Aqui podemos qualificar melhor a crítica a Oliveira Vianna. Este, além do localismo desequilibrado, da negação das lutas de classe na formação social do país, seria, no plano da cultura e aos olhos de Astrojildo, um dos mais acabados representantes dessa tradição conservadora do Brasil. Avaliação, aliás, semelhante à de Carvalho (1988), embora por caminhos muito diversos, que situa Oliveira Vianna numa tradição “centralista” do Império cujo grande representante seria o Visconde do Uruguai.

Conclusão

Procuramos acompanhar a reflexão do militante comunista Astrojildo Pereira a partir de sua polêmica com Oliveira Vianna. Na crítica do comunista ao autor de *Populações meridionais* emerge o dilema da “nacionalização” do marxismo – problema exposto através da dicotomia cosmopolitismo/localismo e evidenciado no localismo desregrado de Oliveira Vianna.

Nas pistas de Machado de Assis, a questão da nacionalização do marxismo envolveria, para Astrojildo Pereira, além da necessidade da interpretação do país com o instrumental do marxismo, uma busca, na tradição cultural e política brasileira, de um campo comum de lutas e visão de mundo. A indicação da existência dessa tradição emerge nos apontamentos de Astrojildo sobre figuras e movimentos considerados progressistas e radicais em determinados contextos históricos. Assim foi com figuras das lutas da independência, do movimento abolicionista, da cultura literária brasileira do princípio da República. Tradição sempre reprimida porque aponta para as mazelas mais profundas da formação social brasileira.

A tentativa de Astrojildo de conciliar o universalismo marxista com a realidade nacional estaria na percepção de que o comunismo brasileiro seria o herdeiro legítimo das causas, lutas e esperanças dessa tradição nacional progressista. Muito provavelmente, essa leitura política do país, para além das teses da Internacional sobre os países dependentes e semicoloniais, contribuiu para a aproximação do então secretário-geral do PCB, Astrojildo Pereira, ao tenentista Luís Carlos Prestes. Sabe-se que Astrojildo procurou-o na Bolívia em fins da década de 1920, encontro que se tornaria um dos motivos de seu afastamento do partido pela influência da Internacional, incapaz de analisar a especificidade brasileira na década de 1930. Essa leitura qualificaria também a crítica de Astrojildo a Oliveira Vianna: este seria talvez o representante intelectualmente mais refinado da tradição conservadora no Brasil.

Se a abolição ocorrida no país havia resolvido apenas a metade do problema, como apontava um abolicionista como André Rebouças, ainda seria escravo o povo brasileiro, cabendo ao socialismo lutar por sua libertação. Esta constituiria a agenda de lutas legada pelos grandes homens do passado às gerações presentes e futuras.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CANDIDO, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. In: MORAES, João Quartim de; BASTOS, Elide Rugai (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- DINIZ, Eli; LIMA, Maria Regina. O modelo político de Oliveira Vianna. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n.30, 1971.
- KONDER, Leandro. *A derrota da dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- NETTO, José Paulo. Astrojildo: política e cultura. In: PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- PEREIRA, Astrojildo. Romancista do Segundo Reinado. In: PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Editora CEB, 1944a.
- . Confissões de Lima Barreto. In: PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Editora CEB, 1944b.
- . Silvério Fontes, pioneiro do marxismo no Brasil. *Estudos Sociais*, Rio de Janeiro, n.12, 1962.
- . Cultura, classe, política. In: PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963a.
- . O Padre Carapeuceiro. In: PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963b.
- . Posições políticas de Lima Barreto. In: PEREIRA, Astrojildo. *Crítica impura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963c.
- . Sociologia ou apologética? In: PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979a.
- . Manifesto da Contrarrevolução. In: PEREIRA, Astrojildo. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979b.
- . Rui Barbosa e a escravidão. In: *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979c.
- . Instinto e consciência de nacionalidade. In: PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991a.
- . Crítica política e social. In: PEREIRA, Astrojildo. *Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991b.
- RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr.: o primeiro marxista brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, v.10, n.38, 1998.
- . *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. 2v. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987a.
- . *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987b.

Astrojildo Pereira: o dilema da nacionalização do marxismo no Brasil

GLEYTON TRINDADE

Resumo: Este ensaio realiza uma reflexão sobre os textos do intelectual e militante comunista Astrojildo Pereira, especialmente em sua polêmica com Oliveira Vianna. Procura-se mostrar como o antigo dirigente do PCB colocou diante de si o dilema da “nacionalização do marxismo” no Brasil em contato com uma interpretação do país que afirmaria sua particularidade histórica e negaria a validade de teorias universalistas na compreensão de nosso contexto histórico e político. Dessa maneira, os textos posteriores do militante comunista se esforçariam por compreender o país a partir de um ponto de vista marxista, analisando a cultura brasileira e buscando identificar uma cultura progressista no país. Essa cultura progressista, formada pelos radicais em seu contexto ou “céticos voltarianos”, seria a base para o enraizamento do marxismo no Brasil.

Palavras-chave: nacionalização, marxismo, comunismo, cultura.

Abstract: This essay reflects upon the earlier texts written by the intellectual and communist militant Astrojildo Pereira, especially the ones about the polemics that involves Oliveira Vianna. It shows how the leader of the PCB faced the dilemma of the “nationalization of the Marxism” in Brazil concerning the interpretation of the country that affirms its historical particularity and denies the validity of the universalist theories in the understanding of our historical and political context. Thus his subsequent texts attempt at understanding the country under a Marxist viewpoint, analyzing Brazilian culture and seeking traces of a progressive culture in the country. This progressive culture, formed by the radicals in their context or “céticos voltarianos”, would facilitate the establishment of Marxism in Brazil.

Keywords: nationalization, marxism, communism, culture.

Contribuições e limites do conceito de campo sindical: uma reflexão a partir do caso francês

SOPHIE BÉROUD

Resumo: O artigo procura estabelecer um diálogo entre a sociologia marxista e a sociologia bourdieusiana, mostrando de que modo a definição de campo permite compreender, de modo relacional e estrutural, as posições que os agentes sindicais ocupam e as relações